

2. “A influenza na Bahia é... Política!”

Christiane Maria Cruz de Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOUZA, CMC. “A influenza na Bahia é... Política!”. In: *A Gripe Espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009, pp. 91-129. História e saúde collection. ISBN: 978-85-7541-538-2. Available from: doi: [10.7477/9788575415382](https://doi.org/10.7477/9788575415382). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/fv3c6/epub/souza-9788575415382.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

“A Influenza na Bahia é... Política!”

No capítulo anterior, descortinamos o cenário no qual irrompeu a epidemia de gripe. Na Bahia da República Velha, as elites letradas pregavam a necessidade de modernização, moralização dos costumes, normatização e regulamentação do uso do espaço público, implementação de medidas de saúde pública, além de intervenções, transformações, reordenações do espaço urbano, como forma de atingir o ideal de civilização e progresso social.

Engenheiros e médicos, em especial, amparados pelos aparelhos de estado, desempenharam papel decisivo naquele período, legislando, promovendo reformas e modernizando as instalações urbanas coletivas e as redes institucionais de assistência pública. Todavia, tratava-se de tarefa hercúlea, que precisava de tempo e do envolvimento de toda a sociedade para transformar a cidade real na cidade ideal.

Apesar dos esforços em tornar Salvador uma cidade moderna e civilizada, o cenário no qual irrompe a gripe espanhola não era dos mais favoráveis. A imagem da cidade moderna, fluida, higiênica, civilizada, construída por Seabra através da política de ordenação do espaço urbano, não condizia com a realidade. A capital da Bahia ainda era uma cidade que convivia com precárias condições de saneamento, carência de serviços de água, esgoto, transporte, e altas taxas de mortalidade provocadas por males endêmicos e epidêmicos.

Ademais, naquele período, reinava em Salvador um clima de insatisfação gerado pela carestia e pela pobreza generalizada, pelas greves e pelas transformações urbanas que desalojaram grupos sociais inteiros, sem, no entanto, dotar a cidade de infra-estrutura satisfatória. A chegada da “espanhola” na capital da Bahia constituiu-se em mais um fator de agravamento da conjuntura desfavorável na qual viviam os soteropolitanos.

Neste capítulo, colocaremos em discussão o impacto causado pela erupção da epidemia de gripe espanhola na cidade do Salvador, e o posicionamento das autoridades políticas e sanitárias diante do fato. Interessa-nos, aqui, discutir as relações de poder dentro dessa sociedade, o uso político da epidemia, e os conflitos gerados por aqueles que disputavam o governo do estado.

Para realizar nosso intento, utilizaremos como fontes privilegiadas alguns dos jornais que circulavam na capital da Bahia no período de erupção da “espanhola”. Elegemos aqueles que no exercício das suas funções não omitiam suas vinculações político-partidárias, o *Diário da Bahia*, *A Tarde*, *O Democrata*, bem como os proclamados apartidários, como o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias*, *O Imparcial*, tendo em vista que tais periódicos revelavam diferentes facetas da realidade estudada, expressando a opinião das diversas facções que dominavam o cenário político baiano. Dessa maneira, traremos à baila as acaloradas discussões travadas, por meio da imprensa, entre os grupos *situacionistas* e *oposicionistas*, cujo mote era a pandemia de gripe que aportara na Baía de Todos os Santos.

A essa documentação acrescentaremos outras, produzidas no período estudado, as quais, juntamente com uma literatura contemporânea especializada no assunto, ampliarão a nossa visão sobre a realidade da época. Consideramos que assim contribuiremos para revelar as tessituras do poder político na Bahia da República Velha, evidenciando também a complexidade das negociações que se fizeram necessárias para uma resposta efetiva àquela epidemia.

O Cenário Político da Bahia

A passagem da Monarquia para a República pouco alterou a configuração política no Estado da Bahia. As camadas populares eram excluídas do processo político-partidário e a elite política baiana, que num primeiro momento repudiara a mudança do sistema político, aderiu por

fim a este, amoldando-se às suas instituições e ajustando-as aos seus tradicionais padrões de comportamento.

Até a primeira década do século XX, líderes políticos como Luiz Vianna¹, Severino Vieira² e José Marcelino³ – monarquistas conservadores – continuaram a conduzir a política partidária do estado. Nesse período, o panorama político era dominado por forte personalismo e incipiente organização partidária. Coexistiam na Bahia 13 partidos, ao sabor dos interesses pessoais daqueles que não queriam se ver apartados do poder. (SAMPAIO, 1999)

Em 1901, foi fundado o Partido Republicano da Bahia (PRB), no intuito de agregar os “elementos representativos” daquela sociedade. (SAMPAIO, 1999, p. 79) Sob a égide do PRB, reuniu-se a burguesia agromercantil do estado – fossem conservadores, liberais, federalistas ou constitucionalistas. O partido seria o elemento centralizador dessas forças, tendo em vista sua pretensão de representar os interesses daquele setor da sociedade baiana.

No entanto, a pretensa unidade partidária durou pouco. Apesar da semelhança de origem social, formação profissional e condição econômica, que propiciava aos seus integrantes uma consciência de classe, a elite baiana não se constituía um bloco coeso, havendo antagonismos e conflitos internos motivados pelo anseio de controle do poder por grupos desejosos de obter vantagens econômicas e privilégios sociais. (SAMPAIO, 1999, p. 39-40) Aqueles que ascendiam por meio de disputa eleitoral tinham um projeto pessoal e tratavam de promover a “privatização do estado”. (PINHEIRO, 1999, p.62) Cada grupo girava em torno de uma figura carismática cujo nome era mais representativo do que a sigla partidária, visto que, na Bahia da República Velha, o personagem era mais importante que o partido, o indivíduo mais que o estatuto e a relação pessoal mais que a institucional. (PINHEIRO, 1999) Assim, logo se tornou insustentável a convivência, sob a mesma sigla, de líderes personalistas como José Marcelino e Severino Vieira.⁴

Ademais, ao final do século XIX, emergiu uma nova geração de políticos muito mais propensos à liderança de uma forte personalidade do que ao comando de um partido. (PANG, 1979, p. 93) Dentre os jovens que ingressaram no cenário político baiano a partir de 1889, alguns se integraram às duas alas que compunham o PRB. Ao se filiarem a esse partido, os irmãos Miguel e Antônio Calmon, por exemplo, colocaram-se sob a direção de José Marcelino, líder de uma das duas facções. A

figura carismática de Severino Vieira, outra liderança forte do mesmo partido, atraiu jovens como Pedro Lago e João Mangabeira. (PANG, 1979) À parte do PRB, compondo o emergente grupo de oposição encabeçado por José Joaquim Seabra⁵, encontravam-se Moniz de Aragão e Moniz Sodré, assim como Ernesto Simões Filho. (SAMPAIO, 1999, p. 101) Essa nova geração, ainda que ligada a grupos tradicionais e a interesses regionais, representava também os setores urbanos de Salvador, o que aumentava a complexidade do cenário político da Bahia na República Velha, contribuindo para dificultar o processo de coesão política no estado.

O golpe final desfechado contra o PRB, como partido único da Bahia ocorreu com a campanha para a sucessão presidencial em 1910, uma vez que esta dividiu a Bahia entre partidários de Rui Barbosa/Albuquerque Lins, *civilistas*, e partidários de Hermes da Fonseca/Wenceslau Brás, *hermistas*.⁶ A vitória de Hermes da Fonseca resultou no enfraquecimento do PRB, cujos integrantes haviam apoiado Rui Barbosa. Após a vitória, Hermes da Fonseca demonstrou o interesse em enfraquecer as oligarquias tradicionais, fundando um partido ligado à nova feição do poder republicano. Na Bahia, a incumbência recaiu sobre J. J. Seabra, ex-ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo Rodrigues Alves (1902-1906), líder da campanha em prol de Hermes da Fonseca para o governo federal.

Aliado a elementos da nova geração de políticos anteriormente agrupados em torno da campanha *hermista*, Seabra fundou, em 1910, o Partido Republicano Democrata na Bahia. O PRD era um partido urbano⁷ que, alimentado pelo carisma pessoal de J. J. Seabra, assumiu papel de liderança na política da Bahia por um período de 12 anos – de 1912 a 1924. (PANG, 1979, p. 127) Para garantir seu domínio sobre a política estadual, Seabra articulou cuidadosamente um papel convergente para o referido partido. Ao assumir o governo da Bahia para o período de 1912 a 1916, promoveu a Reforma Constitucional do estado e a promulgação da Lei de Organização Municipal, Lei nº 1.102, de 11 de agosto de 1915, a qual conferia ao governador o direito de nomear os intendentes municipais. (PANG, 1979, p. 123-124; SAMPAIO, 1999, p. 130-131) Estreitava-se, assim, a dependência dos intendentes em relação ao governo estadual, que intensificou esse vínculo, distribuindo cargos públicos nos municípios e centralizando as ações assistencialistas.

Dessa maneira, na década de 1920, poucos eram os políticos baianos que não rezavam pela cartilha *seabrista*. O próprio Seabra (1918, p.18) fazia

questão de propalar o papel de liderança do PRD na política da Bahia. Em 1918, em discurso pronunciado no Senado, afirmou que as oposições na Bahia haviam sido aniquiladas desde a morte de seus principais líderes – José Marcelino e Severino Vieira –, ocorrida no ano anterior.⁸ Segundo o governador, o PRD “se desenvolveu, prosperou e venceu”, tornando-se o único partido da Bahia que poderia ser considerado “forte, organizado, coeso”.

Tal coesão política era importante para o restabelecimento da autoridade do estado, fortemente abalada pelo sistema coronelista vigente, que estorvava a execução de leis e políticas públicas. A existência de um partido forte, cujo líder ocupava as mais altas esferas do poder estadual e nacional, não modificara radicalmente a estrutura político-social da Bahia, durante a República Velha. Nas primeiras décadas do século XX, a ausência da administração pública em áreas fundamentais como a Saúde fortalecia o poder local, com a distribuição de favores à população pelas mãos dos “coronéis”.

No entanto, ao controlar os chefes políticos municipais, o governador passou a monopolizar os processos eleitorais no estado, aumentando o próprio prestígio em âmbito estadual e federal. (PANG, 1979, p. 124) Para garantir a continuidade do seu domínio sobre a política estadual, tornava-se necessário escolher um sucessor que lhe permitisse voltar ao poder, decorrido o prazo regulamentar. Para tanto, Seabra escolheu o deputado federal Antonio Ferrão Moniz de Aragão⁹, político que o ajudou a fundar o Partido Republicano Democrata (PRD).

Aproveitando-se das vantagens da Lei 1.102, Seabra nomeou, entre dezembro e março de 1916, 135 intendentes. (PANG, 1979, p. 124; SAMPAIO, 1999, p. 131)¹⁰

Segundo Pang (1979, p. 127), a maioria dos novos intendentes mostrou-se fiel ao grupo *seabrista*, garantindo a eleição de Moniz de Aragão. Apadrinhado por Seabra, Antonio Ferrão Moniz de Aragão foi eleito para um mandato de quatro anos (1916-1920), e tomou posse em abril de 1916. Após a eleição de Moniz de Aragão, Seabra assumiu o mandato no Senado Federal, bem como a presidência da comissão executiva do partido, responsável pela tomada das decisões. (PANG, 1979) Consolidava-se, assim, a preponderância política de Seabra e do PRD.

Fotografia publicada na revista *Bahia Ilustrada*, por ocasião da inauguração do Palácio da Aclamação, mostra-se representativa da organização do poder naquele período – a figura de J. J. Seabra precede a do governador e de seu secretariado, inserindo-se no quadro do governo. Vejamos:

Figura 10 - A configuração do poder na Bahia em 1918 (1)



Fonte: *Bahia Illustrada*, Rio de Janeiro, anno 2, n. 4, mar. 1918.

Nota: À esquerda, o então deputado federal, José Joaquim Seabra; ao centro, o governador Antônio Moniz Ferrão de Aragão e, à sua direita, Joaquim Arthur Pedreira Franco, secretário da Agricultura, Indústria, Viação, Comércio e Obras Públicas.

Figura 11 - A configuração do poder na Bahia em 1918 (2)



Fonte: *Bahia Illustrada*, Rio de Janeiro, anno 2, n. 4, mar. 1918.

Nota: O secretário da Fazenda e Tesouro, João Gonçalves Tourinho, à esquerda; o secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Gonçalo Moniz Sodré de Aragão, ao centro; e na extrema direita, José Álvaro Cova, o chefe da Polícia e Segurança Pública.

De outro lado, o processo de eleição presidencial, em andamento no ano de 1918, motivou a união dos grupos de oposição ao governo do estado. Os líderes oposicionistas assim se fortaleciam para lutar por uma fatia do poder no novo governo presidencial. Dessa forma, além do desagrado dentro do próprio partido, Moniz passou a enfrentar o recrudescimento da oposição, promovido pelos líderes das oligarquias tradicionais da Bahia, bem como por parte dos coronéis que não se dobraram ao domínio *seabrista*.¹¹

À oposição desses representantes do poder político, adicionou-se o crescente desagrado da classe comercial do estado, inconformada com os prejuízos econômicos provocados pela Primeira Guerra Mundial, os quais não puderam ser reparados pelo governador. Durante o conflito, a Inglaterra impôs restrições ao comércio do Brasil com a Áustria e a Alemanha. O setor agro-exportador desenvolvera fortes vínculos com bancos e firmas alemãs, que funcionavam como fornecedores de produtos importados, garantiam a inserção dos produtos baianos no mercado europeu, além de financiar a produção e a sua comercialização. (SAMPAIO, 1999, p. 38) A situação se agravou no período entre 1915 e 1916, quando navios brasileiros com carregamentos destinados à Copenhague foram apreendidos pela Marinha britânica. (PANG, 1979, p. 129)¹² Instado a resolver a questão, o governador não demonstrou poder para tanto, ainda que recorresse aos altos escalões da República. Por conta dessa circunstância, além da coalizão das forças de oposição, ocorrida na primeira metade do seu mandato, Moniz de Aragão enfrentou também crescente oposição dos setores ligados ao comércio.

Assim, a gripe espanhola chegou a Salvador em época de intensa disputa política. Naquele período, apesar da preponderância do PRD, não havia unanimidade política na Bahia. Os representantes das oligarquias tradicionais empreendiam ferrenha oposição à nova geração de políticos que, liderados por Seabra, exerciam o poder local. Quatro facções faziam oposição ao grupo *seabrista*: os *marcelinistas* (partidários do ex-governador José Marcelino) e *severinistas* (partidários do ex-governador Severino Vieira), originários das alas tradicionais do PRB; os *vianistas* (liderados pelo ex-governador Luiz Vianna), procedentes do antigo PRC da Bahia; além dos seguidores de Rui Barbosa, dissidentes do PRD. (PANG, 1979, p. 128-129) Tal conjuntura revelou-se propícia para que a epidemia se tornasse instrumento político dos grupos diversos que disputavam o controle do poder.

A imprensa era o fórum privilegiado para os debates que então se instauraram. Nas primeiras décadas do século XX, era grande o número de jornais em circulação na Bahia. Raras as cidades ou vilas do interior que não dispunham de seus órgãos de imprensa. (MONIZ DE ARAGÃO, 1916, p. 28) Na capital circulavam o *Diário de Notícias*, o *Diário da Bahia*, o *Jornal de Notícias*, *A Tarde*, o *Jornal Moderno*, *O Democrata*, *A Cidade*, *O Imparcial*, *A Hora* e o *Diário Oficial*. Esses veículos de comunicação eram criados, atuavam e se extinguíam conforme os interesses das facções reinantes no cenário político baiano. (SAMPAIO, 1999, p. 24) Para os políticos, os jornais constituíam-se um meio importante para divulgarem seus ideais, angariarem simpatizantes, construírem candidaturas, destruírem outras, ainda que o público leitor fosse restrito, tendo em vista que grande parte da população baiana era analfabeta¹³. Assim, os jornais eram dirigidos à elite letrada que, apesar de minoria, detinha a supremacia política e cultural daquela sociedade.

No desempenho de suas funções, os jornalistas baianos das primeiras décadas do século XX não omitiam as próprias vinculações político-partidárias. Na verdade, para aqueles que militavam na imprensa, a neutralidade denotava indiferença, falta de iniciativa e de atividade. Segundo a visão daqueles jornalistas, o meio de comunicação que assumisse a posição de neutralidade perderia as funções capitais de instruir, fiscalizar e conscientizar. (REIS, 2000)

Em períodos de crise desencadeada por epidemias, era comum que os órgãos de imprensa de oposição procurassem desacreditar o grupo representante do poder no estado. No debate instaurado na imprensa baiana durante o período de incidência da “espanhola”, os governistas procuraram passar uma imagem de tranqüila competência na escolha e gestão das ações de saúde pública. Por sua vez, a oposição buscou destruir essa imagem, denunciando a crise financeira do estado, o nepotismo que conspurcava as instâncias da administração pública, e as fragilidades do serviço de saúde pública.

Conforme atestava Moniz de Aragão, nessas disputas não faltaram “o jornalista que aborda[va] as questões com firmeza e conhecimento de causa”, nem tampouco “o escritor cáustico, exaltado, apaixonado, sempre pronto para a agressão virulenta”, o qual não media as conseqüências a que poderia “chegar com os seus excessos”. Na análise desse político, que iniciara sua vida profissional atuando também como jornalista, na imprensa baiana daquele período encontravam-se “escritores para todos

os gêneros”. Havia o jornalista moderno, objetivo, sintético, bem como “belos representantes da velha imprensa”, os quais elaboravam “artigos de légua e meia, em linguagem arrevesada, repletos de palavões ociosos e de chapões muito gastos, mas vazios de idéias”. Figuravam também naquele cenário “o cronista ameno e chistoso, o repórter exagerado e espetaculoso” e o “noticiarista minudente, a quem nada escapa”. (MONIZ DE ARAGÃO, 1916, p. 27-28)

Dentre os jornais em circulação em Salvador, naquele ano de 1918, o *Diário da Bahia*, *O Democrata* e *A Tarde* eram os mais representativos das facções que se digladiavam pelo poder quando da irrupção da gripe. Periódicos como o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias* e *O Imparcial*, por exemplo, propalavam-se isentos de compromisso partidário, mas certamente pendiam para as posições defendidas pelos seus proprietários.

Apesar da pretensa neutralidade do *Diário de Notícias*, era notório que se tratava de um órgão de imprensa *vianista* e, portanto, exercia oposição ao governo. O *Jornal de Notícias* também se proclamava independente, mas havia momentos em que demonstrava alguma simpatia ao grupo *seabrista*. (CELESTINO, 2006, p. 5)

O Imparcial, apesar do nome, fazia questão de trazer estampada na primeira página sua condição de veículo de comunicação das classes conservadoras do estado. O periódico fora fundado por Lemos Brito, em 1918, para promover a candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República, na conhecida segunda *campanha civilista*. (CELESTINO, 2006, p. 7) Para Seabra, tratava-se de um jornal oposicionista, que em vários editoriais vinha levantando questões sobre as finanças do estado, no intuito de promover a desordem pública e a conseqüente intervenção federal na Bahia. (SEABRA, 1918, p. 38-39)

Dentre os periódicos declaradamente oposicionistas, figurava o *Diário da Bahia*. Em 1918, o jornal pertencia aos herdeiros do ex-governador Severino Vieira. As relações entre Vieira e Seabra deterioraram-se desde o ingresso deste último no ministério de Rodrigues Alves, em 1902. (SAMPAIO, 1999, p. 82) Entretanto, mesmo após a morte de seu proprietário, o *Diário* manteve a oposição a Seabra, tornando-se verdadeiro “pelourinho” para o *seabrismo*. (SEABRA, 1918, p. 33) Suas páginas eram recheadas de críticas corrosivas ao grupo que comandava o governo do estado.

A Tarde, em 1918, o jornal de maior circulação no estado, era considerado por Seabra como o “mais terrível adversário do governo”

(SEABRA, 1918). No editorial inaugural do periódico, em 15 de outubro de 1912, seu fundador, Ernesto Simões Filho, propunha-se a “praticar a honra, a franqueza, a liberdade mais livre no uso da palavra escrita”. Naquela oportunidade, o condutor de *A Tarde* prometia também “distribuir” os “louros” ou a “censura” [...] “desde o último dos miseráveis até o chefe do Estado”. Dessa maneira, pretendia mostrar-se “imparcial”, ainda que não restasse “indiferente aos embates do direito”; neutro, sem se esquivar “das controvérsias partidárias quando interessarem ao bem-estar coletivo”; ponderado, evitando suscitar “rixas pessoais ao paladar de escândalos, afeitas a barrear a honra alheia”, mas também disposto a não ceder “um passo na reação pronta, enérgica e viril”. (*A Tarde*, 1912, p.1)

Contudo, *A Tarde* não se apresentava infensa ao facciosismo político. No período da sua fundação, o periódico era porta-voz do governo *seabrista*. (SPANNENBERG, 2006, p. 9) Após o expurgo de Luiz Vianna do PRC, em 1913, Simões Filho rompeu com Seabra; a partir de então, o periódico editado pelo primeiro tornou-se um dos maiores opositores do *seabristismo*. (SEABRA, 1918, p. 23)

O Democrata foi um periódico criado pelo PRD, em 1916, para ser o porta-voz do partido. Portanto, tratava-se de um órgão de imprensa abertamente vinculado à situação. Suas páginas sempre traziam a versão das notícias mais favorável ao grupo *seabrista*.

Essa era a configuração da imprensa baiana quando a “espanhola” aportou em Salvador. As matérias veiculadas em periódicos como o *Diário da Bahia*, *O Imparcial*, *O Democrata*, o *Diário de Notícias* e *A Tarde* revelam-nos as diferentes facetas da realidade estudada, uma vez que expressavam a opinião das diversas facções que dominavam o cenário político baiano na Bahia da República Velha.

“A Influença na Bahia é... Política!”

Em meio às cinzas da Primeira Guerra Mundial brotou uma doença misteriosa, a qual, com a movimentação das tropas envolvidas no conflito, logo se propagou pelo mundo. O mal manifestou-se em três ondas – a primeira, irrompeu em março de 1918, com uma taxa de mortalidade bastante baixa, não ocasionando preocupação excessiva; a segunda, alta-

mente virulenta, disseminou-se pelos quatro continentes – Américas, Europa, Ásia e África – a partir de agosto do mesmo ano; a terceira, menos virulenta, sobreveio em janeiro de 1919. (PHILLIPS; KILLINGRAY, 2003, p. 3)¹⁴

A origem da pandemia é controversa; alguns estudos revelam que a gripe surgiu simultaneamente na América do Norte, na Rússia e na China. (PHILLIPS; KILLINGRAY, 2003, p. 5) Contudo, segundo Crosby (2003), os primeiros registros da doença apareceram nos Estados Unidos. Em março de 1918, mais de 1 000 operários da *Ford Motor Company*, em Detroit, e muitos soldados da base militar *Camp Funston/Fort Riley*, no Kansas, foram hospitalizados, apresentando sintomas semelhantes aos da gripe. Todavia, na maioria dos casos, a doença se mostrara benigna – a cura era alcançada depois de três ou quatro dias da manifestação dos primeiros sinais. (CROSBY, 2003, p. 18-19)

Portanto, logo os combatentes americanos estavam prontos para a batalha, e embarcavam para a Europa sem saber que levavam consigo o vírus de uma doença gravíssima. Assim que as forças expedicionárias americanas pisaram em costas francesas, o mal se alastrou, atacando tanto aliados quanto alemães. (CROSBY, 2003; KILLINGRAY, 2003; TOGNOTTI, 2003) Grande parte do efetivo dos exércitos e as populações dos países envolvidos no conflito contraíram a doença.

O Brasil acompanhava a tragédia à distância, através das reportagens que descreviam a trajetória da doença na Europa, publicadas nos periódicos de circulação diária em diversos estados da Federação. Em agosto de 1918, uma pequena nota publicada no *Diário de Notícias* (07.08.1918, p. 1) informava que a “influenza espanhola”, originária da Áustria e da Alemanha, estava provocando “terríveis estragos na Suíça, matando famílias inteiras”, cujos funerais e enterramentos eram realizados à noite, “sendo proibido aos parentes acompanharem o enterro”.

Notícias como essas comoviam o público leitor, mas até então os brasileiros consideravam-se imunes a uma doença que grassava em países tão longínquos da Europa. Contudo, a movimentação de tropas, num período de conflito bélico que envolvia pessoas de várias partes do mundo, abalaria essa crença.

Na primeira quinzena de setembro de 1918, as autoridades brasileiras divulgaram a informação de que os brasileiros envolvidos nas operações da Primeira Guerra Mundial, integrantes das missões médico-

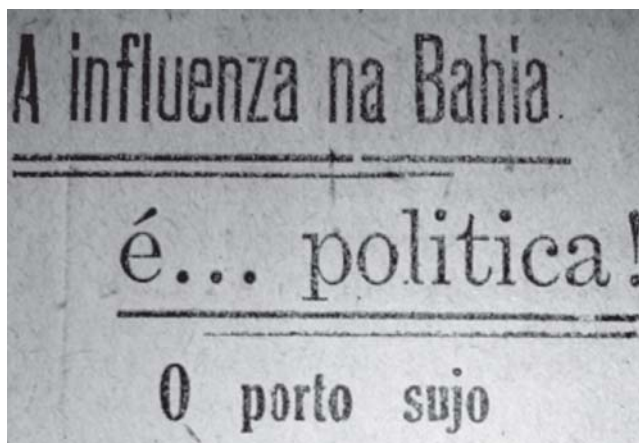
militares Frontin e Nabuco Gouveia, após atracarem em Freetown, Serra Leoa, e em Dakar, no Senegal, foram vitimados pela gripe que assolava estes portos africanos, antes mesmo que participassem das operações de combate das forças aliadas. (*Diário de Notícias*, 23.09.1918, p. 1)¹⁵

Não demorou muito para que os jornais estampassem a notícia de que a “espanhola” já havia chegado ao Brasil. Segundo reportagem publicada em *O Imparcial* (24.09.1918, p. 1), o vapor *Demerara*, proveniente da cidade inglesa de Liverpool, o qual havia tocado os portos do Recife, de Salvador e do Rio de Janeiro na primeira quinzena de setembro, trouxera passageiros infectados, tendo sido registrados a bordo daquela embarcação cerca de cinco óbitos atribuídos à doença. Acrescentava-se que, no dia 11 de setembro daquele ano, desembarcaram na Bahia vários passageiros do pacote inglês.

Dias depois da chegada do *Demerara*, o jornal *A Tarde* (25.09.1918, p. 1) informava que “[...] a epidemia desconhecida” já assolava a Bahia, tendo sido verificados “cerca de setecentos enfermos nos quartéis, nos hospitais, em casas particulares e em todos os centros de aglomeração de operários”. Para a imprensa, a doença se espalhava com rapidez surpreendente; da mesma forma que a gripe, as críticas ao imobilismo das autoridades diante da epidemia reinante vinham ‘a galope’. As matérias sobre o assunto continham um misto de indignação e ironia diante da paralisia que dominava a Diretoria Geral da Saúde Pública da Bahia. Um articulista do jornal *A Tarde* traduzia a perplexidade da população, ao afirmar que não compreendia por que a direção da DGSPB não procurava inteirar-se do caso e providenciar a adoção de medidas profiláticas. De acordo com a matéria, a postura do governador era de indiferença “[...] diante da percentagem assombrosa de enfermos na capital”. (*A Tarde*, 25.09.1918, p. 1)

A polêmica em torno da epidemia de gripe espanhola teve início desde o momento da sua incursão na Bahia. Nota veiculada no *O Imparcial* (24.09.1918, p. 3) informava que as autoridades brasileiras sabiam que a gripe grassava na frota nacional, mas tal fato havia permanecido em sigilo até aquela data.¹⁶ Em outra edição, o periódico estampou na primeira página a seguinte manchete:

Figura 12 – A influenza na Bahia é ... política



Fonte: *O Imparcial*, 28.09.1918, p. 1.

A nota seguinte à manchete informava que, caso verificada a ocorrência de epidemia, a Bahia seria considerada um porto sujo; tal fato inviabilizaria a atracação de navios, principalmente os do Lloyd Brasileiro, que teriam de descarregar ao largo, a cerca de 1000 metros do cais do porto. Semelhante situação traria grandes dificuldades e prejuízos ao comércio de exportação, já abalado pelos transtornos provocados pela Primeira Guerra Mundial.

Ademais, em casos como esse, pairava sobre as cabeças das autoridades locais a ameaça de uma intervenção da União.¹⁷ Nessas condições, as autoridades baianas preferiam negar veementemente a existência de uma epidemia, ainda que o estado não contasse com recursos financeiros suficientes para combatê-la.

Questionados pela imprensa da capital federal, tanto o deputado Arlindo Leone, partidário de J. J. Seabra e do governador em exercício, quanto Gonçalo Moniz, secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do Estado da Bahia, trataram logo de minimizar os fatos – tratava-se apenas de mais um surto da enfermidade, que até então não vinha apresentando conseqüências graves. Leone, político da situação, bem como as autoridades médicas e sanitárias em questão, atribuíram à imprensa de oposição a responsabilidade pelo caráter alarmista assumido pela notícia de um simples surto de gripe.

Para Arlindo Leone, a epidemia de gripe não passava de invenção de oposicionistas sem escrúpulos, que faziam de tudo para desmoralizar a Bahia. (*Diário de Notícias*, 30.09.1918, p. 1) Gonçalo Moniz também descartou qualquer possibilidade de epidemia de gripe na Bahia, argumentando que, caso houvesse ocorrido algo de anormal, o fato lhe teria sido imediatamente avisado pelas autoridades sanitárias.¹⁸ Portanto, não acreditava na “devastação anunciada” pela imprensa de oposição. (*A Tarde*, 30.09.1918, p. 1)

Divulgadas pela imprensa local, as declarações dos políticos baianos foram imediatamente rechaçadas pelos jornalistas que faziam oposição ao governo do estado. Os oposicionistas não pouparam de sua crítica mordaz, nem Arlindo Leone, nem Gonçalo Moniz. Para um articulista do jornal *A Tarde*, ao ignorar a existência da epidemia de gripe em Salvador, o Dr. Gonçalo Moniz perdera a compostura própria de suas “poses de sábio indígena”, fazendo jus ao apelido de “mentira”. (*A Tarde*, 25.09.1918, p. 1)¹⁹ Por sua vez, o jornalista do *Diário da Bahia* (05.10.1918, p. 1) tachava-os de “próceres da mentira”, acrescentando que os responsáveis por negar a existência da doença em Salvador eram aqueles que viviam na capital da República, “[...] parasitariamente, sugando, em pura perda, os cofres públicos”.

Enquanto os políticos se digladiavam na imprensa, o mal se alastrava pela cidade. *E não há epidemia na Bahia...!*, ironizava o artigo estampado na primeira página de *A Tarde*, no dia 1º de outubro de 1918. A matéria jornalística informava os últimos números e a localização dos acometidos pela influenza:

A fábrica Stella não trabalhou hoje. A maioria dos operários adoeceu de “influenza”.

[...]

Na Escola de Aprendizes a Marinheiros, do 1º tenente Arthur Seabra ao suboficial Biavati, caíram enfermos 35 aprendizes. Dos três cozinheiros, resta apenas de pé, um, esse mesmo sob ameaça do mal.

No 11º Regimento do Exército, foram notificados cerca de 300 casos; na polícia, na guarda civil, no corpo de bombeiros, a epidemia manifestou-se também assustadoramente.

De carregadores a estivadores, a percentagem é assombrosa de enfermos. (*A Tarde*, 01.10.1918, p. 1)

Com o passar dos dias, o raio de ação da epidemia alargou-se, e a imprensa registrou a paralisação de fábricas e a diminuição do tráfego da Linha Circular. O *Diário da Bahia* (05.10.1918, p. 1) noticiou que “operários e trabalhadores, às centenas” eram presas da doença, “altamente contagiosa”. Na matéria em questão, o jornalista argumentava que, por mais benigna que parecesse a doença, não deixavam de impressionar as suas conseqüências, de forma nenhuma semelhantes às de uma “simples influenza, passageira e rápida”.

Nessas circunstâncias, a reportagem publicada no *Diário* destacava um problema mais amplo — o da saúde pública — para o qual “ainda não lançaram suas vistas os donos da situação”. De acordo com a matéria, a Bahia era uma terra em que se negligenciavam as medidas de higiene; por conseqüência, seus habitantes estavam sujeitos “às agressões dos morbos mais violentos”, sem qualquer “meio de defesa senão a própria resistência orgânica”. Assim, era justo que a população, “[...] batida pela fome e pela miséria”, atormentada pela febre amarela, pela malária e pelo mal epidêmico em curso, se mostrasse presa de “uma série infinita de apreensões, de dúvidas e desgostos”. (*Diário da Bahia*, 05.10.1918, p. 1)

A resposta às críticas foi imediata. *O Democrata*, órgão da imprensa *seabrista*, estampou em sua primeira página a manchete intitulada *Campanha amaldiçoada*, na qual o jornalista afirmava que “a grita” contra as condições sanitárias da Bahia se dava “em vista de um certo número de casos de influenza benigna” que vinha ocorrendo na cidade, como era de costume acontecer todos os anos. O texto minimizava o raio de ação e a gravidade da doença, com amparo na opinião dos “mais notáveis e ilustres clínicos” baianos, e sugeria que o verdadeiro intuito da oposição era desestabilizar a população, conferindo gravidade a uma doença simples e corriqueira. (*O Democrata*, 06.10.1918, p. 1)

Acusada de explorar os fatos para comprometer a imagem da Bahia, a facção política *severinista* que dirigia o *Diário* reagiu de imediato.²⁰ Publicou uma nota em que se justificava diante dos leitores, afirmando que, ao colocar “a nu as chagas miseráveis da Bahia”, sua intenção era promover “uma transformação absoluta dos costumes, das práticas usadas” naquele período pelo grupo atuante à frente do governo estadual. (*Diário da Bahia*, 06.10.1918, p. 1)

Para a oposição, a Bahia era comandada por um “bando aventureiro”, indiferente a qualquer outra coisa que não os interesses pessoais, a

ponto de ter arrastado o estado ao desastre financeiro, provocando o abandono de “vários ramos da administração pública”. Para arrematar a composição do quadro desastroso do governo baiano, a matéria destacava o problema da saúde pública, “[...] em favor do qual o Sr. Moniz não destina[va] algumas horas de lazer”. E ironizava: “Felizes de nós se pudessemos, conscientemente, tecer louvores à ação governamental [...]”. (*Diário da Bahia*, 06.10.1918, p. 1)

O grupo oposicionista à frente desse órgão de imprensa se negava a compactuar com o silêncio tecido em torno da epidemia. De acordo com a visão dos fatos defendida pela facção *severinista*, o verdadeiro propósito de tal omissão seria evitar que “[...] a Bahia viesse a aparecer, perante a nação, diminuída no seu valor, na sua dignidade, como uma terra de bugres governada por gente indigna”. Segundo o articulista do *Diário*, as autoridades baianas não desejavam se responsabilizar por um sistema sanitário em crise, nem por uma cidade “atrasada, bárbara e insalubre”. Insinuando o significado subjacente à questão, o redator indagava: “Qual seria o resultado desta situação covarde?” Ao que ele mesmo respondia: “A melhor possível para o governismo”. E arrematava mais adiante, afirmando que o próprio silêncio só contribuiria para perpetuar a “oligarquia feroz” que dominava o estado. Para aquele jornalista, calar-se seria o mesmo que reconhecer “o valor e os méritos dos políticos açambarcadores”. (*Diário da Bahia*, 06.10.1918, p. 1)

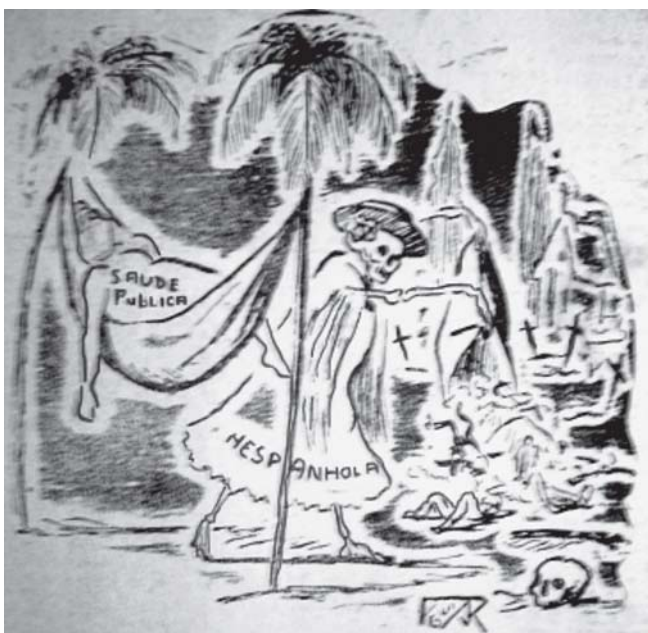
O grupo que dirigia o *Diário da Bahia* era um dos mais ferrenhos opositores do *seabrismo*. Incansável em sua campanha, no dia 12 de outubro de 1918, mais uma vez a página principal do *Diário da Bahia* (12.10.1918, p.1) estampava uma crítica ao estado sanitário de Salvador e à qualidade de vida dos soteropolitanos. O articulista admoestava o governo para que tomasse posição diante da doença em propagação, pois “[...] ainda que surgisse com caráter benigno a já célebre influenza, não era este motivo sobejo para se desusar de uma ação profilática enérgica, uma vez que os casos se multiplicavam com rapidez vertiginosa”. Prosseguindo em sua argumentação, o jornalista do *Diário* ponderava:

Demais, vivendo nós numa cidade em completo abandono, em que a *higiene é uma figura de retórica*; a população exausta pela fome e pela miséria, grande parte vivendo sem o necessário conforto, em casebres, onde a luz do sol não penetra, bebendo lodo, em vez de água, em tais circunstâncias incumbia ao governo a máxima solicitude no propósito de combater um mal que, ainda que em si não fosse grave,

contudo, poderia trazer conseqüências perigosíssimas. (*Diário da Bahia*, 06.10.1918, p. 1, grifo nosso)

Na mesma linha de crítica às autoridades locais, o jornal *O Imparcial* publicava no período uma charge que ironizava aquela situação. Conforme poderemos verificar a seguir, o desenho em questão mostrava a *Saúde Pública* embalando-se em uma rede, à sombra dos coqueiros, enquanto a *Espanhola* prosseguia em sua funesta tarefa de ceifar vidas. Vejamos a charge:

Figura 13 - O sono da “Saúde Pública” e a ceifa da “Espanhola”



Fonte: *O Imparcial*, 15.10.1918, p. 1.

Sob a ilustração havia a legenda: “Enquanto a Saúde Pública embalada ao sopro de virações patricias dorme o sono da inocência, a ‘espanhola’, benéfica, vai dando o seu contingente, e diariamente, à povoação das necrópoles”. (*O Imparcial*, 15.10.1918, p. 1) Em conjunto com a imagem, a reprovação e a ironia contidas na frase reforçavam a visão da inércia e irresponsabilidade das autoridades baianas ante a ação nefasta da epidemia. Essa era a imagem que vinha sendo construída na mídia. Tal repre-

sentação encontrava respaldo no próprio posicionamento das autoridades políticas e sanitárias baianas, as quais, ao tentarem minimizar o alcance da epidemia, acabavam por afigurar-se omissas diante da população.

Contudo, o real “contingente” que alimentava diariamente as necrópoles parecia ser desconhecido por parte das autoridades sanitárias. Vejamos o que diziam sobre esse aspecto os jornais da época:

Ainda ontem, a respeito da epidemia que ora nos atinge, interrogávamos:

— “Por que não considerou para melhores estudos, esta doença como de notificação obrigatória dada a extensão que vai tomando?”

É bem de se ver que o Dr. Antonio Moniz não o consentiria, mesmo porque o governo entende que reverte em acusação gravíssima ao situacionismo o fato de se não reputar de somenos importância o mal que, assustadoramente, vai progredindo, a despeito do que bradam a plenos pulmões os turiferários do governador cretino.

[...]

A mortandade tem aumentado nesses últimos dias; devido, exclusivamente, à gripe ou influenza.

É certo que nos documentos oficiais não se registra a moléstia com a frequência exata e verdadeira.

Por quê?

[...]

[...] a higiene estadual não na exige... porque a lei, tratando do assunto, não arrolou e nem recomenda aquela medida de alto valor.

Nunca se viu tanto apego às leis, ainda que isso só demonstre conveniência subalterna de um governo beócio.

Terra infeliz... (*Diário da Bahia*, 12.10.1918, p. 1)

Diante das críticas que se multiplicavam, o órgão de imprensa governista *O Democrata* saiu em defesa da DGSPB. Nota publicada naquele jornal informava que a DGSPB não estava de braços cruzados diante da situação: fora nomeada uma comissão de médicos para estudar o evento epidêmico, e estes haviam constatado que se tratava da gripe de sempre,

benigna, embora apresentasse naquela feita virulência bem maior. Para o articulista, “[...] a benignidade geralmente reconhecida na gripe, não justifica o terror que por vezes se apodera de algumas pessoas”. (*O Democrata*, 17.10.1918, p. 1)

Em prosseguimento à sua campanha para desacreditar *O Democrata* – partidário do situacionismo – e, por conseqüência, o governo, uma nota publicada no *Diário da Bahia* evidenciava a parcialidade do periódico concorrente, e denunciava a mudança no discurso oficial. Perpassado por fina ironia, o artigo veiculado no *Diário* afirmava:

A higiene estadual, em verdade, não se movimenta e tanto isto é certo que *O Democrata*, querendo mencionar as *benemerências* do governador, apenas disse que ele “*procurou agir, nomeando uma comissão de ilustrados médicos, quase todos os clínicos e professores eminentes, incumbindo-os especialmente do estudo da moléstia QUE TANTO TEM ALARMADO GRANDE PARTE DO MUNDO*”.

Lendo-se o que aí ficou transcrito, de logo, notamos a mudança completa de opinião dos homens que nos desgovernam.

A princípio, quando clamávamos, pedindo providências que minorassem o estado desesperador da população, os situacionistas replicavam, cheios de arrogância, que não havia a peste, não passando as nossas censuras e as nossas queixas amargas de “expedientes, malévolos, do oposicionismo”.

Mais tarde já se não negava a existência da gripe, mas era de caráter benigno, sem importância.

Agora, porém, a “moléstia tem alarmado grande parte do mundo”.

Com o que, então, confessa o governador que nos assistiam razões sobejas para temer as funestas conseqüências da epidemia, que, infelizmente, vai, com celeridade, ceifando vidas inúmeras.

O noticiário da imprensa todos os dias registra os casos fatais, produzidos pela influenza benigna do Sr. Moniz.

O mais interessante é que, de conformidade com a doutrina expedida ontem, pelo jornal da Aclamação, ao governo não incumbe tomar providências.

Por quê? (*Diário da Bahia*, 18.10.1918, p. 1)

Para o articulista de *A Tarde* (18.10.1918, p. 1), a epidemia era assustadora – “meia cidade ou mais” tinha sido contagiada pela gripe, e

havia notícia de lares em que famílias inteiras desapareciam. A reportagem prosseguia, informando o seguinte:

Os colégios e as escolas continuam abertos, com grandes aglomerações de crianças, e é nelas que se dá o maior contágio.

Ainda esta manhã dizia-nos um professor que no colégio em que leciona a percentagem de gripadas é apavorante.

Bem. Numa terra sem governo, o indivíduo para defender-se, deve tomar medidas de salvação.

E no momento aconselhamos a todos os pais que evitem a frequência de seus filhos às aulas. (*A Tarde*, 18.10.1918, p. 1)

Segundo o jornalista, a virulência do mal era tanta que nem o governador escapara à epidemia reinante. Todavia, ressaltava o artigo, a DGSPB permanecia omissa, nada fazendo além de “[...] informar, em exaustiva publicidade, quais os postos e os médicos encarregados da vacinação contra a varíola”. O repórter concluía a nota, advertindo os soteropolitanos: “Acautelai-vos que o governo continua a mistificar a opinião fora do Estado, afirmando pela palavra desescrupulosa do sr. Gonçalo Moniz, que a Bahia é uma estação de saúde, apesar da febre amarela, da bubônica e da *espanhola*”. (*A Tarde*, 18.10.1918, p. 1)

No *Diário de Notícias* (18.10.1918, p. 1) também foi publicada matéria que censurava o posicionamento das autoridades diante da ameaça da epidemia. Segundo o argumento do redator, tendo em vista que o micróbio da influenza existia no ar, os lugares onde este já era impuro deveriam ser saneados. De acordo com a matéria jornalística, vários pontos onde havia aglomeração de pessoas (teatros, casas de espetáculo, cinemas, escolas, etc.) – muitos dos quais não obedeciam aos preceitos básicos de higiene – deveriam ser fechados para evitar que o mal se propagasse.

Para o jornalista do *Diário de Notícias*, apesar de a doença ter se apresentado de início em sua forma benigna, “não era por isso que deveria merecer menos cuidado”. O articulista clamava por providências, pois além da população se encontrar aterrorizada diante do crescimento da mortandade, o grau de morbidade da doença afetava as atividades produtivas, causando “falta de energia” e de “braços em todas as repartições de trabalho”. (*Diário de Notícias*, 18.10.1918, p. 1)

Para combater os oponentes e conferir maior credibilidade à sua argumentação, não bastava ao jornalista de *O Democrata* (17.10.1918, p. 1)

recorrer à reconhecida autoridade dos médicos baianos. Assim, para compor seu arrazoado, o articulista utilizou-se também da comunicação pronunciada por Carlos Seidl, diretor geral da saúde pública, em sessão da Academia Nacional de Medicina, na capital federal.

Naquela ocasião, Seidl afirmara que a doença então conhecida como “influenza espanhola”, nada mais era senão a “simples influenza, sinonímia da gripe”, que naquele momento, entretanto, apresentava maior difusibilidade, contagiosidade e morbidade. Para o médico, a doença em questão não tinha origem específica demonstrada, mas sem dúvida era “de causa microbiana única ou múltipla, sobre a qual atuam influências meteorológicas morbígenas”. (*O Democrata*, 17.10.1918, p. 1)

Uma vez definido o diagnóstico, o prognóstico do Dr. Carlos Seidl não foi dos mais otimistas. Seidl acreditava que, contra tal doença, não havia profilaxia internacional ou remédio específico eficazes. O isolamento, argumentava o médico, medida que se mostrara eficaz em casos de doenças contagiosas, era impraticável na pandemia de gripe, a não ser que fossem interrompidas todas as relações sociais e todos os contatos decorrentes. (*O Democrata*, 17.10.1918, p. 1)

De acordo com Seidl, nos países em que incidira a epidemia não havia sido contida nem por regulamentos, nem por medidas administrativas, nem mesmo por quarentenas. Portanto, a seu ver, tentar impedir que uma doença como aquela invadisse uma região ou uma cidade era “procurar resolver um problema [...] insolúvel; e[ra] um sonho, uma utopia científica”. Dessa maneira, concluía Seidl, a única medida que restava às autoridades sanitárias era “preservar limitados agrupamentos humanos, como enfermarias, prisões, colégios, etc.”, e promover a profilaxia individual. Por fim, o médico recomendava que as pessoas não se deixassem tomar pelo terror, pois este poderia diminuir-lhes a resistência, abrindo as portas à infecção. (*O Democrata*, 17.10.1918, p. 1)

Amparados em tais argumentos, os partidários do governo compuseram da seguinte forma a defesa da posição das autoridades políticas e sanitárias:

É um mau processo, é um processo até desumano esse de que lançam mão os jornais da oposição, a propósito da influenza entre nós, visando, sobretudo, alarmar a população. É um mau processo, porque sem resultados benéficos só consegue levar o terror à “certas pessoas, diminuindo-lhe a resistência orgânica e abrindo-

lhes as portas à infecção”, como diz o eminente higienista Dr. Carlos Seidl, diretor da Saúde Pública do País. (*O Democrata*, 17.10.1918, p. 1)

Assim, o grupo governista praticamente eximia-se de qualquer responsabilidade, imputando ao grupo oposicionista a culpa por incutir o “terror” à população, o que, segundo o próprio Seidl, poderia contribuir para diminuir a resistência e favorecer a infecção no organismo daqueles que se deixassem influenciar pela virulência daquelas matérias jornalísticas.

Imediatamente, o *Diário da Bahia* (18.10.1918, p. 1) publicou nota em que acusava o *situacionismo* de “acobertar-se com a autoridade do Dr. Carlos Seidl”, desvirtuando-lhe as palavras no intuito de justificar a própria inação. Para o articulista do *Diário*, não era pelo fato de Seidl haver afirmado que a epidemia em questão desafiava todas as medidas e regulamentos que o governo baiano deveria ficar de braços cruzados, sem implementar nenhuma medida profilática, esperando que a doença dizimasse a população e desaparecesse quando lhe fosse oportuno.

Em prosseguimento àquele debate público, o articulista de *O Democrata* mais uma vez saiu em socorro das autoridades locais, com o seguinte comentário:

[...] que havemos de fazer se o “Diário” está de privilégio concedido para só ele ser verdadeiro, só ele ser sério, só ele ter conhecimento das coisas e só ele saber discutir?

[...]

[...] Valemo-nos do dr. Carlos Seidl, que, às suas responsabilidades de sumidade médica, reúne a circunstância de ser o diretor geral da Saúde Pública no Rio e mostramos as dificuldades de ação por parte da Higiene. Entretanto, não dissemos que o diretor geral da Saúde Pública do Estado estivesse de braços cruzados, esperando que o mal se fosse embora quando quisesse... (*O Democrata*, 19.10.1918, p. 1)

Para o articulista de *O Democrata*, a doença mais perigosa, a mais terrível epidemia que grassava na Bahia naquele momento, era “a falta de patriotismo de uma oposição desassissada que procura[va], por todos os meios e por todos os processos, desacreditar o Estado”. O jornalista prosseguia atacando os grupos de oposição exatamente no ponto que, naquele momento, representava para as elites o “calcanhar de Aquiles” – a falta

de patriotismo. Em suas palavras, “o grande mal da Bahia” era “ter o descrédito feito por seus próprios filhos, numa ânsia desesperada e doentia de malsiná-la em tudo – na sua cultura, no seu governo na sua honra e até no seu clima”. (*O Democrata*, 19.10.1918, p. 1)

Naquele período em que as elites brasileiras estavam empenhadas no projeto de construção da nação e, neste processo, também buscavam uma posição de destaque para a Bahia no cenário nacional, não era de modo algum confortável ser acusado de falta de amor à terra natal. Vejamos como o articulista de o *Diário* defendeu-se de semelhante acusação:

Ora, o jornal do situacionismo bradara, ontem, que nos agarramos a uma “idéia fixa” – combater o governo pela invasão da influenza espanhola.

Esta só afirmativa demonstra a má fé com que argumentam nossos adversários, que se não pejam de adulterar os fatos menos sofismáveis, os argumentos mais claros e iniludíveis.

[...]

O que verberamos é o descaso da higiene estadual, no pertinente à matéria.

É certo que, em grande parte do mundo, grassa a terrível epidemia, mal grado considerá-la benigna o sr. Antonio Moniz.

Mas onde quer que haja conhecimentos rudimentares de higiene, todas as medidas possíveis são postas em prática, no intuito muito humano de combater a moléstia.

[...]

Mas na Bahia, o diretor da Saúde Pública nada promove, não pensa em outra cousa que não seja a escala musical.

Nomeou uma comissão de médicos para estudar a moléstia?

Ah! Fez muito, certamente. O povo baiano não merece tanto, no conceito dos mandões.

Que bandeira portanto é esta benfazeja que defraudaram os seabras e monizes; de que modo vieram eles arrancar a Bahia do “marasmo para levá-la ao caminho do progresso”?

Não; o que eles hastearam foi a bandeira fúnebre da morte. (*Diário da Bahia*, 19.10.1918, p. 1)

O debate entre a imprensa governista e oposicionista prosseguiu em todo o transcorrer da epidemia, mas as críticas veiculadas nos principais jornais da Bahia não se dirigiam apenas ao governo do estado. No período da irrupção da “espanhola”, uma nota veiculada no *Jornal de Notícias* (20.10.1918, p.1) informava a presença de seis vapores retidos no porto da Bahia, em razão da epidemia de gripe. Para o repórter do *Jornal de Notícias*, aquele embaraço contribuía para agravar as dificuldades de transporte observadas naquela conjuntura.

Dentre aquelas embarcações, uma se dirigia à Europa – o paquete brasileiro “Ásia”, do Loyd Nacional; as demais faziam a navegação entre as cidades do litoral brasileiro. Enquanto os navios se encontravam paralisados e despovoados, conforme informava a nota, a agência do Loyd na Bahia contratava médicos para trabalhar a bordo. Os doentes em estado grave eram encaminhados para o Isolamento de Monte Serrat. Na ocasião, haviam sido removidos para o Isolamento 26 pessoas acometidas pela gripe, dentre as quais, duas não sobreviveram. (*Jornal de Notícias*, 20.10.1918, p. 1)

Na coluna intitulada *Medicina e Higiene*, um colaborador do mesmo jornal afirmava que a invasão da epidemia de gripe constituía prova indiscutível de que a Bahia não dispunha de defesa marítima. Segundo o articulista, o governo central, como era do seu dever, não vinha cuidando de “[...] aparelhar a Saúde do Porto com os meios necessários às suas atribuições e fins”. (*Jornal de Notícias*, 04.11.1918, p. 2)

Em nota publicada no *O Imparcial* também se deixava entrever a insatisfação com a ação da União, no sentido de proteger o porto de Salvador da invasão de doenças exógenas:

De vários pontos do país, e notadamente do estrangeiro, e dessa procedência vindos de centros suspeitíssimos, chegam-nos ao nosso porto navios e principalmente veleiros, conduzindo enfermos.

Essas embarcações, entretanto, *sem que o governo federal as mande expurgar convenientemente*, atacam no cais das Docas, despejam-se de suas grandes cargas, enchendo os armazéns do porto, venham ou não de zonas perigosas. (*O Imparcial*, 19.10.1918, p. 1)

A questão do porto de Salvador como via de entrada das mais diversas doenças epidêmicas era largamente discutida na época. Muitas autoridades médicas, a exemplo de Lydio de Mesquita, afirmavam categoricamente que “as moléstias pestilenciais exóticas” que flagelavam a

Bahia “tiveram sempre entrada pela sua porta marítima”. (MESQUITA, 1919, p. 384)

Pela legislação vigente, a Saúde do Porto era de responsabilidade da União, porém este serviço vinha se mostrando ineficiente. Para Anselmo Fonseca, membro do Conselho Sanitário Estadual, a ineficiência dos poderes públicos na prestação de serviços de saúde era consequência da repartição de responsabilidades e serviços entre União, Estado e Município. A pulverização de atribuições entre tais instâncias, segundo o médico, esbarrava em divergências de concepções, de objetivo e de meios, além do que promovia rivalidades e irritava suscetibilidades, enfraquecendo e tornando nula qualquer ação. (FONSÊCA, 1909, p.6-8)

No caso da epidemia em questão, o articulista de *O Imparcial* criticava a omissão da União, afirmando ser de bom alvitre que a Bahia pudesse contar com o auxílio do governo federal, a fim de que fossem implementadas as medidas de profilaxia recomendadas para casos como aquele. Na opinião do jornalista, “mau não seria que o Sr. Wenceslau Braz” desse ao porto da Bahia “um pouco de sua atenção superior”. (*O Imparcial*, 19.10.1918, p.1)

De outro lado, a mesma reportagem ressaltava que, de acordo com os fatos, o governo do estado, mesmo quando enfrentava períodos agudos de crise epidêmica, evitava solicitar o auxílio da União na profilaxia das doenças transmissíveis. Segundo o articulista, semelhante atitude talvez se devesse ao fato de o estado se achar competente para tratar de tais assuntos sozinho. Entretanto, argumentava o jornalista de *O Imparcial*, por melhores que fossem as intenções do diretor geral da saúde pública da Bahia, o estado não possuía recursos suficientes para conter a epidemia que recrudescia, afetando “os mais valiosos interesses” dos soteropolitanos. (*O Imparcial*, 19.10.1918, p.1)

Em 1918, um artigo veiculado na primeira edição da revista Saúde, órgão de divulgação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, trazia crítica ao posicionamento dos governos estaduais em situações de crise sanitária. Segundo um dos colaboradores da revista, Dr. Mauricio de Abreu, em casos como aquele, os governadores não requisitavam intervenção federal; em primeiro lugar, por vaidade e desinformação, pois acreditavam que os “seus territórios, beneficiados por um clima admirável, banhados pela luz purificadora de um sol tropical” não estavam suscetíveis à incidência de doenças. (ABREU, 1918) Em segundo lugar, por consi-

derarem que uma ação dessa natureza representaria um golpe contra a autonomia garantida pela Constituição aos estados.

Além disso, acrescentava o articulista, os médicos locais dificultavam esse ato, por acreditarem que o dever de zelar pela salubridade pública não podia ser outorgado a outrem. Concordar com tal atitude seria fornecer um atestado de incompetência às elites médicas e lideranças políticas estaduais. Contudo, Abreu afirmava que tais obstáculos não deveriam representar empecilho para a ação da União, tendo em vista que o regime federativo previa o envio de auxílio aos estados, em casos de calamidade pública ou se o solicitassem os seus governadores.

Um artigo publicado no jornal *O Imparcial*, em 23 de outubro de 1918, veio reforçar essa discussão. A nota vinha precedida da seguinte manchete:

Figura 14 – Socorrei o Povo!



Fonte: *O Imparcial*, 23.10.1918, p. 1.

O texto que acompanhava a manchete reclamava do governador uma atitude diante da “situação difícil, pungentíssima e incomportável da população pobre da capital”. O articulista fazia questão de destacar que não colocava em dúvida a “sabedoria a serviço da Diretoria Geral de Saúde Pública”, mas acreditava que àquela seção administrativa faltavam “recursos de ordem material capazes de contribuir, eficaz e eficientemente, para a organização de uma campanha séria contra a epidemia”. Entretanto, alertava o artigo, as classes pobres precisavam de socorro, e cumpria ao “Sr. Dr. Governador do Estado encarar com precisa gravida-

de o problema [...] e resolvê-lo, incontinentemente, a bem dos grandes interesses do povo”. (*O Imparcial*, 23.10.1918, p. 1)

Tratava-se de ponto de discussão permanente naquele período – a capacidade financeira, técnica e administrativa dos estados para fazer frente aos problemas e questões de saúde. As elites começavam a questionar se não seria mais eficaz uma ação centralizada para resolver os graves problemas sanitários do país. Os círculos médicos, científicos, políticos e profissionais debatiam a responsabilidade do Estado Nacional com a salubridade do território e a saúde da sua população. (CASTRO SANTOS e FARIA, 2003; HOCHMAN, 1998)

Ao mesmo tempo, a epidemia de gripe evoluía, e na Bahia a oposição não dava trégua aos governantes. Prosseguia cada vez mais acirrado o debate político entre as facções *severinista* e *seabrista*. Acusados de acovardarem-se diante da eficiência demonstrada pela DGSPB no combate à epidemia, os *severinistas*, após curto período de silêncio, voltaram à carga:

Os jornalistas do governo estão, não há dúvida, treslendo.

A propósito das nossas editoriais sobre a influenza e em geral o estado sanitário da capital, escreveram eles que *batemos em retirada*.

Ainda não compreendemos as razões que assistem ao governo para fazer uma afirmativa dessa natureza.

Como, porém, eles prometem, hoje um artigo substancioso *que nos há de destroçar*; esperamos a palavra *arguta e sábia* do sr. Antonio Moniz.

O que, desde logo, está assente e fora de dúvida é, que não sendo o governo responsável pela invasão da influenza, o é todavia pelo desenvolvimento assustador que vai tomando, porquanto, até agora, nenhuma medida *tomou* de caráter profilático.

A população, pois, está entregue aos azares do destino. (*Diário da Bahia*, 22.10.1918, p. 1)

Mesmo forçada, diante dos fatos, a admitir a dificuldade de evitar a entrada daquele morbo no porto da Bahia, a facção *severinista* não perdia a oportunidade de desmoralizar o grupo governista. Se os *situacionistas* não eram responsáveis pela invasão, respondiam ao menos pela evolução e permanência do mal entre os soteropolitanos. Mais uma vez, a DGSPB era acusada de omissão ante o desenrolar da epidemia.

Imediatamente, o jornalista do *Democrata* revidou à provocação, conforme podemos observar em trechos da nota, reproduzidos a seguir:

Quando o órgão que as diz representante da facção política composta dos ex-severinistas, ao explodir da epidemia de influenza nesta Capital, iniciou a arremetida violenta e injusta contra os poderes públicos deste Estado, acusava-os com a virulência de linguagem que, no seu despeito incontido, adotou, de serem os mesmos responsáveis pela invasão do mal, de julgarem-no de natureza benigna e de não tomarem as providências profiláticas que se faziam necessárias para a sua debelação.

[...]

Incapazes de reconhecer, obcecados como estão [...] os que no “Diário” escrevem entendem levar adiante essa campanha de difamação e de injúria, certos embora, de que o povo desta terra, que já os lançou do poder, e já os castigou com o seu desprezo, não se deixa de maneira alguma embair por esses falsos apóstolos, que para conseguirem o seu ideal político não se pejam de descer às mais torpes explorações [...].

[...]

Pouco depois da invasão do mal, quando o “Diário”, na sua faina inglória, pretendia [...] provocar o pânico na população, procurando convencê-la de que a moléstia que reinava, outra não era senão a influenza espanhola, [...] o ilustre dr. Diretor da higiene baiana [...] nomeou uma comissão composta de distintos e ilustres médicos para que, após o estudo minucioso da moléstia, concluísse pelo seu real diagnóstico e pela indicação de meios profiláticos que se deveriam empregar para combater o mal reinante.

Dias depois, a douda comissão, finalizando os seus estudos, apresentou um bem elaborado relatório em que concluía que se tratava não do dengue, como queria o escritor do “Diário”, mas da nossa já bastante conhecida influenza comum.

Não houve uma só voz que se erguesse, a protestar contra essa conclusão.

Numa cidade como a nossa, que se orgulha de possuir verdadeiras sumidades médicas, não houve um só profissional que discordasse do parecer da ilustre comissão.

Graças à iniciativa do digno diretor da higiene, ficou de vez firmado o diagnóstico verdadeiro. (*O Democrata*, 23.10.1918, p. 1)

Em resposta às acusações do *Diário*, os políticos da situação procuravam desqualificar os acusadores, bem como o teor das suas denúncias. Nesse sentido, os situacionistas caracterizaram os políticos da oposição como “falsos apóstolos, que para conseguirem o seu ideal político não se peja[va]m de descer às mais torpes explorações”. O jornal *O Democrata* (23.10.1918, p. 1) acusava-os de cega “obsessão” e “despeito incontido”, pois o povo já os havia lançado para fora do poder, castigando-os com o seu desprezo, nada restando aos derrotados, senão lançar uma “campanha de difamação e de injúria” contra aqueles eleitos pela população para zelar pelo bem-estar de todos.

Em sua argumentação, os situacionistas procuravam demonstrar que as críticas tecidas pelo jornal de oposição eram infundadas, amparando-se, para tanto, no discurso da autoridade. Assim, enfatizavam o prestígio e a competência dos médicos escolhidos para estabelecer o diagnóstico, bem como as medidas profiláticas para combater o mal. Era importante ressaltar que a determinação do agente etiológico representava o primeiro passo na campanha contra a epidemia.

Por não querer se indispor com a classe médica, ou talvez por reconhecer-lhe a competência, o *Diário* acusava o governo de ineficiente, uma vez que nada mais fazia para conter o mal epidêmico, além de nomear a referida comissão de médicos para estudar o caso. O jornal da oposição ressaltava que tal postura era irresponsável e nefasta, porquanto a gripe continuava a se espalhar pela cidade, causando inúmeras vítimas. Sem se furtar à ironia, o articulista afirmava entender que o imobilismo do governo era coerente na defesa do diagnóstico de influenza benigna, pois se era benigna, para que se preocupar? Vejamos, a seguir, um trecho da resposta apresentada pela imprensa *severinista* ao redator de *O Democrata*:

Os notáveis escritores do jornal do governo vieram, ontem, como sempre ridículos.

Procurando enaltecer a ação benéfica do sr. Antonio Moniz, no intuito de debelar a epidemia reinante, o órgão do situacionismo não se peja de afirmar fatos inexistentes, as mentiras mais irritantes e deslavadas.

[...]

Enganam-se ou pretendem enganar os demais, os foliculares, os adulares do sr. Moniz.

[...]

O governo da Bahia não cogita de providenciar a respeito de mal epidêmico, que vai, infelizmente, vitimando a população.

Até certo ponto ele está coerente, porquanto não lhe pode merecer cuidado algum a influenza, dado seu caráter “benigno”!!!

Apesar do número avultado de óbitos e do pânico de que se acha apoderada a população, o que o sr. Moniz afirma tem foros de certeza absoluta.

No entanto se o governador é lógico sob esse ponto de vista é contraditório na sua gazeta, ele declara que, não obstante, a batuta do diretor de Higiene não cansa...

Que fez, porém, o maestro?

Nomeou uma comissão. (*Diário da Bahia*, 24.10.1918, p. 1)

Conforme podemos perceber pelos trechos até aqui apresentados, a discussão que se estabeleceu na imprensa foi acalorada, e a epidemia contribuiu para alimentar as disputas locais. Enquanto as facções oposicionistas reforçavam a inoperância do governo nas questões relativas à saúde pública, o discurso oficial reforçou o caráter relativamente brando assumido pela epidemia em Salvador, respaldando-se na opinião de autoridades médicas de projeção na sociedade baiana e no cenário nacional.

Durante a crise epidêmica, os problemas sanitários, socioeconômicos e infra-estruturais a que estava submetida a população baiana vieram à tona, evidenciados principalmente por aqueles que aspiravam ao controle do poder na Bahia. Poderíamos julgar que as críticas fossem sem fundamento, calúnias dirigidas àqueles que assumiam o governo do estado, no intuito de desacreditá-los perante a população e conseguir paralelamente uma intervenção federal.²¹ Entretanto, no capítulo anterior percebemos pelo depoimento dos inspetores sanitários – membros da máquina estatal – que a situação sanitária da Bahia naquelas primeiras décadas do século XX mostrava-se realmente precária.

Ademais, as condições de vida na capital do estado eram extremamente difíceis: não havia demanda de trabalho; a carestia restringia a cesta básica e a aquisição de remédios; as habitações eram insalubres e superlotadas; havia carência de serviço regular de água e esgoto; e a assistência pública à saúde ainda era incipiente. O quadro de carências em áreas básicas como alimentação, trabalho, saúde e moradia contribuía para

aumentar o espectro da pobreza em Salvador. Trabalhadores de diversas categorias, inclusive os que atuavam na informalidade, assim como os mendigos e vadios, encontravam-se no degrau mais baixo daquela sociedade.²² De maioria analfabeta, esse estrato social não participava de forma significativa do processo eleitoral – não podia votar, nem se candidatar a cargos eletivos, ainda que se registrasse nesse período alguma mobilização por parte da classe operária em torno de questões salariais.²³

Entre a povo pobre que constituía a base da pirâmide social e o ápice, onde se situava a diminuta elite agromercantil, havia uma camada média que, segundo o censo de 1920, correspondia a 20% da população. (SAMPAIO, 1999, p. 41) Longe de ser homogêneo, esse estrato da sociedade dividia-se em dois segmentos: próximos à base da pirâmide, encontravam-se os funcionários públicos das instâncias estadual e municipal e os que integravam o setor de serviços; em patamar mais alto, próximos aos que se encontravam no topo, situavam-se os profissionais liberais²⁴, assim como indivíduos envolvidos em atividades relacionadas ao “complexo agro-comercial-industrial”²⁵ e à burocracia estadual.

Os baixos e incertos salários e as difíceis condições de vida dos indivíduos que compunham o estrato inferior da camada média, composta por professores de escolas públicas, empregados de repartições públicas, telefonistas, etc., os aproximavam da camada mais pobre da sociedade. (SAMPAIO, 1999) Contudo, quem pertencia a esse estrato social não se identificava com os operários da indústria, com os trabalhadores do comércio e os domésticos, tampouco com os artífices, marítimos, biscateiros, etc., considerando-se em status superior a esses.

Por sua vez, a parcela mais alta da camada média identificava-se com a elite, com a qual possuía laços de parentesco ou compadrio, mantinha relações de trabalho ou sociais. Sempre desejosos de alcançarem status mais alto, os indivíduos desse estrato social dividiam sua fidelidade entre o grupo que estava no poder e os que lhes faziam oposição. (SAMPAIO, 1999) Dependentes economicamente da elite agromercantil e temerosos de perderem cargos e salários, alguns dos integrantes dessa camada da sociedade eram passíveis de manobras políticas e eram alvos fáceis da política de distribuição de “favores” e benefícios. Para Kátia Mattoso, esse tipo de relação se dava em todos os escalões da vida social:²⁶

O comerciário que quisesse progredir em seu ramo punha-se sob a proteção do patrão; o funcionário, para ascender no serviço

público, dependia dos favores de alguém de posição mais elevada, que retribuía com sua fidelidade; [...] o político que dava as cartas no seu distrito sentia-se muito mais comprometido com outros políticos – os que participavam das tomadas de decisão, na capital – que com seu eleitorado. (MATTOSO, 1992, p. 218)

Para compreendermos a complexidade e a dinâmica da sociedade baiana nas duas primeiras décadas do século XX, precisamos considerar que cada um dos níveis das hierarquias sociais produzia suas próprias elites, havendo diversos escalões de autoridade, onde indivíduos ligavam-se uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas. Essa era uma sociedade em que cada família tinha os seus protegidos e as solidariedades se consolidavam, especialmente, nas horas de adversidade. (MATTOSO, 1992, p. 178) Diante das dificuldades para prover sua própria sobrevivência, em face do desemprego e à falta de oportunidades, restava aos despossuídos recorrer à proteção daqueles que se encontravam em melhor condição socioeconômica. Assim, fosse para progredir na vida, fosse para enfrentar a morte, os integrantes das camadas mais desfavorecidas buscavam o apoio daqueles que naquela sociedade representassem algum tipo de amparo. Estes, por sua vez, buscavam suprir de alguma forma as necessidades de sobrevivência de seus dependentes e protegidos, captando recursos com os que se encontravam em patamar superior.

Além dos deveres caritativos e de solidariedade, que perpassavam todas as camadas da sociedade baiana, os benefícios e favores prestados conferiam prestígio e autoridade a quem os distribuía. O favorecido ficava reconhecido e em dívida com o seu ‘benfeitor’, pronto a servi-lo sempre que requisitado. Fortaleciam-se, assim, os escalões de interdependência entre os que requisitavam auxílio e os que o ofereciam, formando uma cadeia que garantia o equilíbrio das tensões assíduas no jogo do poder.

O governo de Moniz de Aragão estava perfeitamente inserido nesse sistema de barganha e reciprocidade, característico da República Velha: o nepotismo, o apadrinhamento, o clientelismo perpassavam todas as instâncias administrativas do estado, afetando diretamente a gestão das instituições públicas.

Na Bahia da Primeira República, a organização e reorganização do serviço público tornaram-se medidas recorrentes toda vez que nova facção política assumia o governo. Ao ascenderem ao poder, os políticos, além de mudarem as leis e a organização dos serviços, colocavam seus

apaniguados nos postos públicos. Entretanto, nem sempre tais indivíduos eram qualificados para ocupar as funções que lhes eram confiadas, e mesmo quando atendiam a este requisito, corriam o risco de se tornarem meros títeres daqueles que os haviam nomeado, cuidando mais de favorecê-los do que ao público em geral. O número de nomeações nem sempre correspondia a um efetivo que as finanças públicas pudessem suportar naquela conjuntura. Segundo a oposição, a situação de penúria financeira que a Bahia atravessava no período era, em parte, resultante dessa distribuição de favores e de cargos públicos. A esse respeito, o *Diário da Bahia*, órgão de imprensa da facção *severinista*, assim se pronunciava:

O assunto que, hoje, nos detém é o importante problema da saúde publica, em favor do qual o Sr. Moniz não destina algumas horas de lazer.

Sabemos que suas preocupações são múltiplas.

Enquanto houver um parente em condições de merecer o auxílio dos cofres, o governador não tem tempo de curar de outros misteres, de menor importância no seu modo de entender. (*Diário da Bahia*, 06.10.1918, p. 1)

Entretanto, não era esse o único fator a contribuir para sangrar os cofres públicos e debilitar a economia. As rendas do estado eram baseadas na arrecadação de impostos sobre a exportação de mercadorias para o exterior ou para dentro do país; sobre bens imóveis urbanos e rurais; sobre transmissão de propriedades e sobre indústrias e profissões. (BAHIA, 1985, p. 15)

Em 1917, enquanto a exportação compreendeu 50% da receita ordinária, as rendas das coletorias atingiram pouco mais de 12%. (BAHIA, 1985, p. 16) Contudo, as rendas obtidas com o comércio de exportação eram afetadas pela dependência estrutural que este tipo de atividade conservava em relação a firmas e capitais estrangeiros. (SAMPAIO, 1999, p. 35) Considerável quinhão do “excedente gerado pela exportação era transferido para a Europa, através de importações, de remessas de lucros, pagamentos de juros e amortizações da dívida externa”. (SAMPAIO, 1999, p. 35)

De outro lado, com o facciosismo imperante no cenário político de então, o pagamento de impostos era tido não como obrigação cívica, mas como punição aplicada aos inimigos políticos. Para agravar o desequilíbrio orçamentário do estado, o imposto territorial, importante fonte de recei-

ta nos grandes estados da Federação, não pôde ser implantado na Bahia, em razão da oposição das oligarquias agrárias. (BAHIA, 1985, p. 15)

Dessa maneira, o estado via-se sem recursos financeiros para executar ou consolidar políticas públicas. Enquanto as ações em prol da saúde coletiva sofriam os efeitos de uma economia dependente do capital estrangeiro e da ingerência do erário público, a economia, por sua vez, era afetada pelo precário estado sanitário da Bahia.

Quando a febre amarela irrompeu em Salvador, em março de 1918, o articulista do jornal *A Tarde* aventou a probabilidade de intervenção da União na Bahia, tendo em vista que “o Tesouro só” não poderia “comportar as despesas de uma larga, completa profilaxia, do ataque radical violento à epidemia”.²⁷ A matéria em questão versava também sobre os riscos e implicações de uma epidemia sobre as atividades econômicas, uma vez que “diversos estrangeiros, com importantes negócios no estado”, ficaram “visivelmente alarmados” com a possibilidade da erupção de uma epidemia da doença na cidade. (*A Tarde*, 24.5.1918, p. 1)

Os surtos epidêmicos prejudicavam a economia baiana, baseada no comércio de exportação – café, tabaco, cacau, açúcar e algodão – e, portanto, dependente do mercado externo. Qualquer ameaça ao comércio repercutia nos setores dominantes daquela sociedade. Era preciso preservar a cidade, local das transações comerciais, provendo aos negociantes um porto “limpo”, por meio do combate às doenças que alarmavam ou espantavam os estrangeiros.

A Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914, já havia diminuído a freqüência de navios mercantes ao porto de Salvador, criando sérias dificuldades para a circulação de mercadorias e de passageiros; pior seria a situação em caso de epidemia.²⁸ De acordo com o mesmo artigo do jornal *A Tarde* (24.5.1918, p. 1), a situação poderia se agravar até o ponto de “calamidade pública”, e a Bahia ficaria “seqüestrada do resto do mundo, de todo o Brasil”, se não fossem “postas em prática medidas urgentíssimas de saneamento”.

Assim, quando a gripe irrompeu na Bahia o movimento inicial das autoridades públicas foi negar o fato, ou não lhe atribuir a importância conferida pela imprensa, em especial os jornais de oposição. Conhecendo a conjuntura baiana, podemos supor que as autoridades procuraram negar a ocorrência da epidemia não só por conta das intrincadas relações no âmbito do poder público, como também em razão da necessidade

de preservação de uma imagem de ‘salubridade’ daquele porto agroexportador, aliada à falta de recursos financeiros para implementar ações de saúde coletivas, permanentes e eficazes.

Notas

- ¹ Luiz Vianna nasceu em 30 de outubro de 1846, na cidade de São José do Riacho da Casa Nova, Bahia. Coursou a Faculdade de Direito, em Recife, bacharelando-se em 1869. Em 1870, filiou-se ao Partido Conservador da Bahia, sob a licença do Barão de Cotegipe, e participou ativamente da política na região do São Francisco, onde atuava como Juiz de Direito. Foi Deputado Provincial por dois períodos (1872-1873 e 1874-1875). Com a República, tornou-se Juiz Federal da Bahia, em 1890, e a seguir, Desembargador do Tribunal de Apelação e Revista, por nomeação do governador Rodrigues Lima. Foi presidente da Assembléia Constituinte do Estado (1891), e Senador Estadual (1891-1896). Em 1894, disputou com José Gonçalves a liderança do Partido Republicano Federalista da Bahia – sua base política –, passando a chefiar o partido. Assume o governo em 28 de maio de 1896, tornando-se o oitavo governador do Estado da Bahia. Enfrentou vários focos de oposição no interior do estado, mas procurou realizar uma política de apaziguamento. Em 28 de maio de 1900, Luiz Vianna passou o governo ao seu sucessor. Afastou-se da política durante dez anos. Em 1911 foi eleito Senador Federal. Ainda senador, faleceu em 6 de julho de 1920. Cf. Pang (1979, p. 78-80); BAHIA ([200-])
- ² Severino dos Santos Vieira nasceu em 8 de junho de 1849, na antiga Vila da Ribeira do Conde, Bahia. Concluiu o curso de Direito em São Paulo, em 1874. Em 1879, abandonou a magistratura e dedicou-se a advocacia, ingressando no Partido Conservador, do Império, e elegendose Deputado Provincial para a legislatura de 1882-83. Proclamada a República, foi eleito para a Assembléia Constituinte Federal. Não conseguiu se reeleger, mas foi indicado para substituir, no Senado Federal, Manuel Vitorino, este último eleito ao mesmo tempo Senador e Vice-Presidente da República. Vieira permaneceu no Senado até 1898, quando foi chamado pelo presidente Campos Sales para a pasta da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas, desta se retirando para tomar posse no governo do estado. Em 28 de maio de 1900, tornou-se o nono governador do Estado da Bahia. Seu governo não transcorreu placidamente. Além de sérias perturbações da ordem no interior do estado, entra em luta com o poder judiciário e com o comércio. Passou o cargo ao seu sucessor, em 28 de maio de 1904. Severino Vieira morreu em Salvador, no dia 23 de setembro de 1917. (PANG, 1979, p. 84-88; SOUZA, 1949, p. 164-165)
- ³ José Marcelino de Souza nasceu a 15 de outubro de 1848, em São Felipe, Bahia. Formado em Direito, em 1870, pela Faculdade de Ciências Jurídicas de Recife, iniciou a sua carreira profissional como promotor público (1871) em Salvador. Em 1878, ingressou no Partido Conservador, abandonando a magistratura pela política. Foi eleito deputado geral do Império para a legislatura de 1886-1889, defendendo a abolição do trabalho escravo e o federalismo. Com a República, foi eleito para a Assembléia Constituinte do Estado, destacando-se como um dos relatores da Constituição de 1891. Presidiu a primeira comissão executiva do Partido Republi-

cano da Bahia, fundado no governo de Severino Vieira. Legítimo representante dos interesses açucareiros do litoral, Marcelino de Souza foi indicado pela convenção do PRB como o nome de equilíbrio para substituir Vieira. Governou a Bahia no quadriênio de 1904 a 1908. Foi eleito Senador Federal em 1909. Participou da campanha civilista, apoiando a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República contra Hermes da Fonseca. Faleceu no Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1917. Cf. Pang (1979, p. 89-98); BAHIA ([200-])

- ⁴ À época, José Marcelino, então governador do estado, e o senador federal Severino Vieira mediam forças para definir quem tinha mais poder. Assim, na prática, o PRB tinha duas facções, cada uma delas liderada por esses chefes políticos. (PANG, 1979, p. 92)
- ⁵ José Joaquim Seabra nasceu em Salvador, em 1855. Em 1877, bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife. Ingressou na carreira política em 1889, concorrendo à Câmara dos Deputados como candidato conservador. Entretanto, durante a presidência de Floriano Peixoto, foi forçado a exilar-se, em consequência de sua oposição ao governo, em defesa dos princípios democráticos. De volta ao Brasil, foi nomeado, em 1902, ministro da justiça e negócios interiores, no governo Rodrigues Alves (1902-1906). Ministro da Viação e Obras Públicas, no governo Hermes da Fonseca (1910-1914), J. J. Seabra deixou o cargo para exercer o mandato de governador da Bahia, entre 1912 e 1916. No período subsequente (1916 e 1920), exerceu o mandato de deputado federal pela Bahia e, entre 1920 e 1924, voltou a ocupar o cargo de governador do estado. Faleceu em 1942. Cf. Souza (1949, p. 174-175), Pang (1979, p. 112-126) e Sampaio (1999, p. 125-135)
- ⁶ A partir desse momento, Rui Barbosa passou a empreender ferrenha campanha de oposição à Seabra, que apoiara Hermes da Fonseca em detrimento da sua candidatura.
- ⁷ Segundo Pang (1979, p. 127), ainda que representantes das diversas regiões do estado integrassem o PRD, a elite principal do partido era formada por políticos profissionais e por representantes dos grupos urbanos de Salvador.
- ⁸ Segundo Seabra (1918, p. 18), restava apenas o senador Luiz Vianna que, tendo pertencido à mesma facção, passara a lhe fazer oposição. Entretanto, a morte do ex-governador Severino Vieira não enfraqueceu a oposição aos seabristas. Ainda que seu partido tivesse desaparecido, o severinismo manteve-se ativo na pessoa de Pedro Lago.
- ⁹ Antonio Ferrão Moniz de Aragão nasceu na Bahia, em 30 de maio de 1875. Formado pela Escola de Direito da Bahia, Moniz de Aragão exerceu as funções de jornalista e professor da cadeira de Economia Política na Escola Politécnica da Bahia. Ingressou na carreira política em 1909, como deputado estadual. Na década de 1910, juntamente com Seabra, fundou o Partido Republicano Democrata. Em 1912, foi eleito deputado federal, sendo reeleito em 1915, deixando a Assembléia para exercer o mandato de governador do Estado da Bahia para o período de 1916-1920. Em 1921, exerceu o cargo de senador. Faleceu no Rio de Janeiro, em 05 de janeiro de 1931. (PANG, 1979, p. 126-133; SOUZA, 1949, p. 174-175)
- ¹⁰ Segundo o censo de 1920, a Bahia tinha 136 municípios e 406 distritos. Entretanto, Pang (1979) e Sampaio (1999) informam que a Bahia tinha, no período, 141

municípios. Os citados autores não informam sua fonte. O Anuario estatístico da Bahia, traz o mesmo número de municípios. Confirmado esse número, vemos que Seabra conseguiu nomear quase a totalidade dos intendentess, dos quais apenas um permaneceu fora do seu domínio. Cf. Anuario...(1926) e o Recenseamento... (1926)

- ¹¹ Segundo Pang, desde o governo de Seabra, as tradicionais oligarquias – os Calmon; os Araújo Pinho; os Prisco Paraíso; assim como os coronéis Marcionílio Antonio de Souza, de Maracás; Anfilóbio Castelo Branco e Francisco Leóbas, de Remanso; José Novis, de Xique-Xique; Franklin Lins, de Pilão Arcado; João Duarte, de Carinhanha; César Sá e Monsenhor Hermelino Leão, em Lavras; Douca Medrado, de Mucugê; Aureliano Gondim, de Andaraí; e Horácio de Matos, de Chapada Velha – haviam se recusado a aderir ao PRD. (PANG, 1979, p. 118)
- ¹² Portugal também esteve envolvido nesse processo. (PANG, 1979, p. 129)
- ¹³ Segundo Sampaio (1999, p. 51), em 1920, 81,6% da população era analfabeta.
- ¹⁴ Veja também Beveridge (1977); Patterson; Pyle (1991); Echeverri Dávila (1993); Van Hartesveldt (1993); Porras Gallo (1997); Nicholson; Hay; Webster (1998); Martínez (1999); Reid et al. (2001); Kolata (2002); Crosby (2003); Tognotti (2003); Taubenberger et al. (2005)
- ¹⁵ Em meados de setembro, informações oficiais divulgadas pela imprensa davam conta da morte de 55 dos brasileiros integrantes das missões médico-militares denominadas Frontin e Nabuco de Gouveia (*Diário de Notícias*, 23.09.1918, p. 1). Em princípios de outubro, o número de mortos na esquadra brasileira ancorada em Dacar subiu para 80 (*Diário de Notícias*, 03.10.1918, p. 1). A morte daqueles brasileiros causara comoção pública, não só pelo número de vítimas, mas também pela constatação de que estas haviam sido atingidas, não pelos embates da Primeira Guerra, como seria de esperar, mas por uma doença desconhecida.
- ¹⁶ Seguindo Rosenberg (1992), Porras Gallo (1997, p. 71-72) chama atenção para o fato de que “[...] cada vez que una epidemia irrumpe em una población transcurre siempre un tiempo, más o menos largo, desde la aparición de los primeros casos hasta que se reconoce oficialmente su presencia”. Tal aconteceu em todos os lugares onde irrompeu a epidemia de gripe. Contudo, em Madri, tão logo o surto epidêmico atingiu certa gravidade, e a imprensa começou a divulgar informações sobre o assunto, as autoridades não demoraram a reconhecer que incidia sobre a população madrilenha “una enfermedad de muy escasa duración, que no ofrece gravedad alguna”. (PORRAS GALLO, 1997, p. 72)
- ¹⁷ Uma intervenção federal afetaria o princípio da autonomia, próprio do sistema federalista, estabelecido pela Constituição de 1891.
- ¹⁸ Gonçalo Moniz (28.01.1870 – 01.6.1939) era considerado por seus pares um dos maiores expoentes da medicina baseada no conhecimento etiológico de suporte experimental. Ingressou como professor da Faculdade de Medicina em 1895, apresentando a tese de concurso intitulada Da imunidade mórbida (Estudo Geral). Inaugurou então carreira voltada para estudos no campo da microbiologia. Em 1899, montou e dirigiu o Gabinete de Análises e Pesquisas Bacteriológicas da Bahia. Publicou vários estudos e observações sobre a peste bubônica e a tuberculose. Gonçalo Moniz ocupou a Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública de 1916 a

1920, no governo de Antonio Ferrão Moniz de Aragão. Cf. Souza (1949, p. 192-193)

- ¹⁹ Segundo o jornal *A Tarde*, o governo do estado declarou extinta por decreto a febre amarela na Bahia, atribuindo o feito ao Dr. Gonçalo Moniz, aclamado na Academia Nacional de Medicina por seu experimento com os vapores de creolina na eliminação do mosquito transmissor da doença. Com a recrudescência do mal, caiu por terra o que a imprensa de oposição chamou de ‘embuste’, e o governo federal, decepcionado com a dissimulação das autoridades da Bahia, tomou as devidas providências para evitar que a doença se alastrasse para outros portos do país. (*A Tarde*, 27.05.1918, p. 1)
- ²⁰ O *Diário da Bahia* pertencia aos herdeiros do ex-governador Severino Vieira, franco opositor do grupo político liderado por J. J. Seabra, que exercia o poder na Bahia.
- ²¹ Naquele período, as epidemias eram comumente utilizadas pela imprensa de oposição para conseguir a intervenção federal, desestabilizando, assim, o poder local. A intervenção federal feria o princípio da autonomia estabelecido pelo artigo no 5 da Constituição de 1891, próprio do sistema federalista e tão caro às oligarquias brasileiras. Segundo o estabelecido no artigo, cabia a cada “Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração”. (BRASIL, 1981) Em caso de calamidade pública, a União poderia prestar socorro ao estado que o solicitasse. Cf. Sodré (1918, p. 39-47)
- ²² Trabalhadores da indústria, do comércio (caixeiros), domésticos, pedreiros, carpinteiros, sapateiros, pescadores, pequenos agricultores, quituteiras, modistas, alfaiates, bordadeiras, chapeleiras, estivadores, ambulantes, etc. Para saber mais sobre o assunto veja A população e suas ocupações em Santos. (2001, p. 13-41)
- ²³ Sobre os movimentos populares ocorridos na Bahia durante a Primeira República, confira: Sampaio (1999); Santos (2001) e Castellucci (2001)
- ²⁴ Referimos-nos aqueles que ostentavam o título de “doutor” ou “bacharel” – médicos, advogados, engenheiros, dentistas e farmacêuticos – , cujas rendas provinham da própria profissão. Cf. Santos (2001, p. 44)
- ²⁵ Expressão cunhada por Consuelo Novais Sampaio. (1999, p. 56)
- ²⁶ Mesmo se tratando de estudos que focalizam o século XIX, consideramos a análise de Kátia Mattoso pertinente no que se refere às primeiras décadas da Bahia Republicana, admitindo-se que as relações naquela sociedade não se modificaram “por decreto”, como a abolição da escravatura, nem por meio de um movimento da elite militar, como a passagem do Império à República. A própria autora adverte que “a vida no seu cotidiano e, sobretudo, as relações sociais, demonstram certa estabilidade, ou melhor, uma real resistência à violência dos fatos históricos dessa época”. (MATTOSO, 2002, p. 147)
- ²⁷ Uma intervenção federal afetaria o princípio da autonomia, próprio do sistema federalista, estabelecido pelo artigo no 50 da Constituição de 1891. As epidemias eram comumente utilizadas pela imprensa de oposição para conseguir a intervenção federal, descredenciando, assim, os representantes de determinada facção política que se encontrava no poder.
- ²⁸ Durante a Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra impôs restrições ao comércio do Brasil com a Áustria e com a Alemanha. No período entre 1915 e 1916, navios

brasileiros com carregamentos supostamente destinados à Alemanha, foram apreendidos pela Marinha britânica (Portugal também esteve envolvido neste processo), prejudicando diretamente o comércio de exportação da Bahia. (PANG, 1979, p. 129) Instado a resolver a questão, o governador não demonstrou poder para tanto, ainda que recorresse aos altos escalões da República. Por conta desse fato, como também da coalizão das forças de oposição, ocorrida na primeira metade do seu mandato, Moniz de Aragão enfrentou ainda crescente oposição dos setores ligados ao comércio.